etrônico

Estratégia CONCURSOS

Aul

Finanças Públicas p/ Prefeitura de Campinas (Economista) - Pós-Edital

Professor: Celso Natale

APRESENTAÇÃO E CRONOGRAMA DO CURSO **2**

1. Finanças Públicas **4**

1.1. Definição de Finanças Públicas *4*

1.2. Abrangência *5*

1.2.1. Política Fiscal *6*

1.2.2. Política Monetária *8*

1.2.3. Política Cambial *12*

1.2.4. Política Comercial *14*

1.3. Objetivos *15*

1.3.1. Bens Públicos *16*

1.3.2. Externalidades *17*

1.3.3. Assimetria de Informações *17*

1.4. Metas *18*

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AULA **19**

QUESTÕES COMENTADAS **20**

LISTA DE QUESTÕES **28**

GABARITO **32**

APRESENTAÇÃO E CRONOGRAMA DO CURSO

Saudações!

Meu nome é Celso Natale, e tenho a missão e o desafio de ajudar você a conquistar seu sonhado cargo de **Economista** na minha querida cidade de **Campinas** (cresci ali do lado, em Jundiaí).

Apenas para estabelecermos uma ligação um pouco melhor do que aquela que normalmente temos online, uma rápida apresentação; eu sou esse cara aí ao lado. Sou Servidor Público Federal, da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil (nosso querido Bacen ou BC).

Fui aprovado no concurso de 2013, e inicialmente alocado na Supervisão Direta de Instituições Financeiras. Após uma passagem pelo Departamento de Comunicação, hoje atuo como Coordenador na área de Regimes Especiais e Processos Sancionadores.

Ensinar Economia, incluindo Finanças Públicas, de uma forma simples e ao mesmo tempo aprofundada é meu grande objetivo.

Mas agora, vamos falar de **você**! O principal pré-requisito para ter aproveitamento máximo nesse curso é muita disposição. A indomável vontade de passar no concurso, aquela que beira a obsessão... sabe?

Agora, vamos falar **sobre o curso**.

Dominar a Finanças Públicas vai te deixar mais perto do seu cargo, então este será nosso grande objetivo.

Para tanto, teremos a teoria aliada à resolução de muitas questões. Daremos prioridade para a **Vunesp**, mas faremos de outras bancas semelhantes em porte e estilo. Afinal, aprender a nadar sentado numa cadeira é bem difícil...

Ah! A esta altura, você também já notou que utilizo o que chamamos de **tom conversacional** em meus cursos, o que significa que este texto é redigido como se estivéssemos conversando, sem um rigor gramatical extremo ou rebuscados recursos linguísticos. Assim você aprenderá com maior facilidade, pois é mais natural. Pode até responder minhas perguntas da aula em voz alta (ou murmurando) para tornar as coisas mais interessantes.

Os parágrafos curtos também estão aqui por esse motivo. É bem mais difícil “perder o fio da meada” desse jeito.

Nosso curso seguirá este completo cronograma, com base no último edital:

AULAS	TÓPICOS ABORDADOS	DATA
Aula 00	Objetivos, metas, abrangência e definição de Finanças Públicas.	04/07/2019
Aula 01	Visão Clássica das funções do Estado. Bens públicos, semipúblicos e privados.	19/07/2019
Aula 02	Instrumentos e recursos da economia pública (políticas fiscal, regulatória e monetária).	03/08/2019
Aula 03	Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade.	18/08/2019
Aula 04	Classificação das Receitas e Despesas Públicas segundo a finalidade, natureza e agente.	02/09/2019

Esta aula será bastante tranquila. Literalmente uma pequena demonstração do que teremos no curso.

Mais uma coisa: estou totalmente à sua disposição no fórum do curso.

Estou pronto, e você?

Então vamos!

1. FINANÇAS PÚBLICAS

A primeira coisa que você deve saber sobre a disciplina de **Finanças Públicas**, é que ela também é chamada de **Economia do Setor Público**.

Por isso, se encontrar questões com esse nome, pode fazer sem dó.

Conceitos básicos têm esse nome porque formam a base de algo mais robusto, complexo e que, no nosso caso, cai na prova. Além disso, são bem fáceis de assimilar, tornando-se um ótimo assunto para começar.

1.1. DEFINIÇÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Hora de saber onde estamos pisando:

Finanças públicas é uma área da economia que trata estuda o pagamento e custeio das atividades públicas (coletivas ou governamentais), assim como a administração e o desempenho destas atividades.

O cerne da disciplina, ou seja, seu principal aspecto é a abordagem dos **recursos públicos, sua obtenção e sua aplicação**, que deve sempre ter por finalidade o atendimento das **necessidades da sociedade**.

INDO MAIS
FUNDO!

A Constituição Federal determina que:

> *Art. 163. Lei complementar disporá sobre:*
> *I - finanças públicas;*

Eu sei... isso é coisa para cair em Direito Constitucional. Mas a Vunesp já cobrou em **Finanças Públicas**. Então é bom ficar esperto com isso!

1. (2008/VUNESP/SIAFEM e SIAFÍSICO/Técnico em Gestão Organizacional - Finanças Públicas)

A matéria relativa às "Finanças Públicas", de acordo com a

sistemática constitucional, é de ser disciplinada por

a) decreto do Poder Executivo.

b) lei ordinária.

c) lei complementar.

d) medida provisória, observados os requisitos atinentes à relevância e urgência.

e) decreto Legislativo.

Gabarito: "c"

1.2. ABRANGÊNCIA

Pode-se dizer que as Finanças Públicas abrangem a atividade financeira do estado. Isso é tão importante que tem até uma sigla: **AFE**.

A AFE contempla a origem dos recursos públicos (receita pública), sua aplicação (**despesa pública**) e, por fim, o resultado desse exercício: a **dívida pública**. A gestão desses elementos tem como ferramentas o **orçamento público** e no **crédito público**.

A Atividade Financeira do Estado contempla:

Receita Pública;
Despesa Pública;
Orçamento Público;
Crédito Público;
Dívida Pública.

Para executar sua atividade financeira, o Estado determina **políticas econômicas**.

Esse é um assunto tão importante que merece um tópico à parte, lembrando apenas que ainda estamos falando da abrangência da disciplina **Finanças Públicas**.

As principais classificações políticas econômicas são quanto aos **instrumentos** e quanto ao **objetivo**. Deixaremos para falar dos objetivos em tópico próprio, já que está no edital.

Vamos ver, agora, os principais tipos de políticas econômicas, de acordo com os instrumentos utilizados pelo Estado.

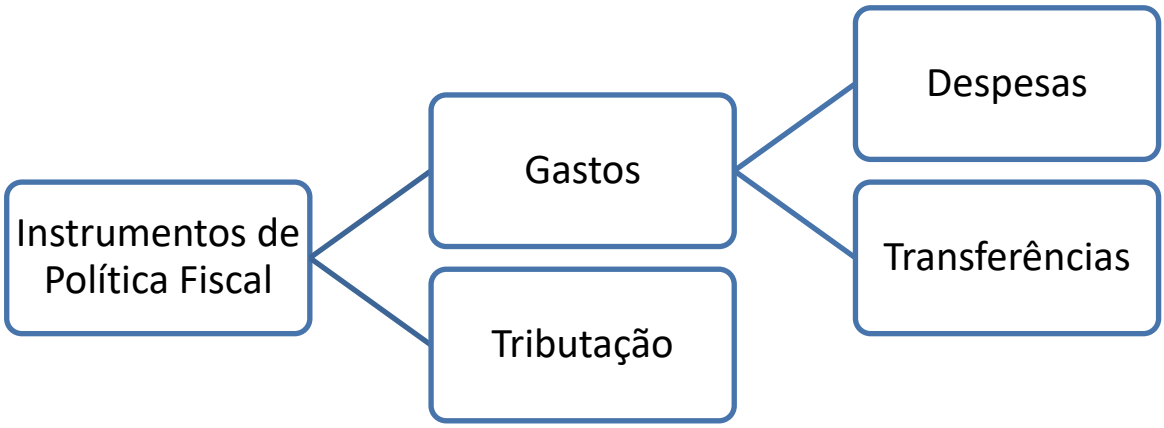
1.2.1. Política Fiscal

O governo tem influência significativa na economia, pois participa ativamente dos mercados. Os gastos do governo, por exemplo, é um componente relevante da demanda agregada. Em outras palavras, o governo consome, e muito!

Por isso a forma como o governo gasta pode causar grande impacto no mercado. Os tributos que ele cobra, por outro lado, geram influência indireta, pois aumenta ou diminuem a renda disponível das famílias para consumo.

> A política fiscal consiste nas decisões e ações relacionadas aos gastos e arrecadações do governo, que a utiliza para alterar no nível de produto da economia. No Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pela sua administração no âmbito federal, mas os estados e municípios também são agentes da política fiscal.

Os gastos podem ainda ser divididos em **despesas** e **transferências**. A diferença é que estas não têm contrapartida, enquanto aquelas resultam no recebimento, pelo governo, de um bem ou serviço.



Portanto, os instrumentos da política fiscal são: gastos do governo, transferência e tributação. A execução da política fiscal se dá por meio do orçamento do governo, que consiste na combinação desses três instrumentos.

Política fiscal expansionista e contracionista

Quando o governo **aumenta seus gastos (G)** ou **reduz a tributação (T)**, dizemos que ele está adotando uma **política fiscal expansionista**. Simetricamente, quando o governo **diminui seus gastos**

ou **aumenta a tributação**, estamos diante de uma **política fiscal restritiva** – também chamada *contracionista*.

Contudo, trata-se de uma análise dinâmica. Em outras palavras, para dizermos que o governo está adotando essa ou aquela política, comparamos dois momentos, e a variação dos gastos ou da tributação entre eles.

A tabela a seguir relaciona alguns exemplos de políticas fiscais restritivas e expansionistas:

Políticas Fiscais	
Expansionistas	**Restritivas**
➲ Aumento no valor do Bolsa Família (↑G: transferências); ➲ Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑G: despesas); ➲ Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑G: despesas); ➲ Redução da alíquota do Imposto de Renda (↓T: impostos); ➲ Isenção de IPI de eletrodomésticos (↓T: impostos).	➲ Recriação da CPMF (↑T: impostos); ➲ Fechamento de delegacias da Receita Federal (↓G: despesas); ➲ Aumento de idade mínima para aposentaria (↓G: transferências); ➲ Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↓G: transferências); ➲ Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑T: impostos).

Do ponto de vista econômico, as políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada – daí o nome expansionista. Naturalmente, isso só deveria ocorrer em momentos de demanda reprimida, ou seja, quando a demanda é superior à oferta, e a economia opera abaixo de seu potencial.

A adoção de política fiscal expansionistas em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, causa inflação, pois o governo adiciona sua própria demanda à pressão de preços.

O contrário também é válido: a política fiscal restritiva deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

1.2.2. Política Monetária

Aqui estamos falando da **oferta de moeda** na economia.

A tarefa consiste basicamente em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível com a demanda de moeda para as transações no lado real, ou seja, para que a compra e venda de bens e serviços ocorra. O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia.

Ou seja, a política monetária consiste na regulação da quantidade de moeda circulando na economia. No Brasil, ela é formulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN, chamamos de "Cemenê"), e executada pelo Banco Central do Brasil, que detém a competência exclusiva de emissão de moeda.

O principal objetivo pelo qual o Estado faz uso da política monetária deve ser o bem-estar da sociedade. Mas não é isso que vai cair na sua prova. O que pode cair são os objetivos de acordo com duas abordagens: a monetarista e a keynesiana.

De acordo com os keynesianos, a política monetária pode influenciar o nível de atividade e a renda da economia, ainda que apenas no curto prazo. Dessa forma, a política monetária expansionista pode ser utilizada para aumentar a demanda agregada em momento de pouca atividade, enquanto a política monetária restritiva pode diminuir o consumo, reduzindo pressões inflacionárias.

Os monetaristas, por outro lado, defendem que o papel da política monetária deve ser limitado ao objetivo de garantir que a quantidade de meios de pagamento seja suficientemente para atender ao volume de transações do mercado real. O Banco Central do Brasil adota, em sua missão, a ótica monetarista, ao perseguir a "estabilidade do poder de compra da moeda".

Instrumentos da Política Monetária

Os principais instrumentos da política monetária são três: as **taxas de redesconto**, a **taxa de depósitos compulsórios** e as **operações no mercado aberto**. Existem outros, como você verá adiante, mas esses são os instrumentos clássicos, cuja presença nas provas é mais frequente, e sob os quais o Banco Central detém controle direto.

Redesconto

O Banco Central é o banco dos bancos. O redesconto é uma linha de crédito a qual os bancos podem recorrer caso precisem de dinheiro. A taxa de redesconto é os juros que os bancos devem pagar ao Bacen caso tomem emprestado algum valor.

Quanto menores forem as taxas de redesconto, mais dispostos os bancos ficam a emprestar ao público e, portanto, mais eles emprestam, expandindo os meios de pagamento.

Eles também recebem o nome de **empréstimos de liquidez**.

Na prática, os redescontos não são utilizados como instrumento de política monetária por dois motivos: (1) o Banco Central não tem garantias de que os bancos reagirão às mudanças nas taxas de redesconto conforme ele espera, expandindo ou contraindo a oferta monetária e; (2) ainda que a reação ocorra, ela pode demorar, tornando esse instrumento pouco eficiente em comparação aos demais.

Mas ele cai na prova, e se a questão falar que reduzir a taxa de redesconto é uma política monetária expansionista, pode marcar como certo. Se a questão comparar esse instrumento com os demais, dizendo que ele é mais eficiente, pode marcar como errado.

Compulsórios

Sempre que você, cliente do banco X, realiza um depósito em sua conta, o banco X precisa depositar uma parte desse dinheiro no Banco Central. O resto ele pode emprestar aos outros clientes.

Quanto maior for a alíquota (%) do compulsório, menor será a oferta monetária, pois os bancos terão menos dinheiro disponível para emprestar.

Como instrumento de política monetária, sua eficiência é maior quando o objetivo é restringir a oferta monetária, já que a expansão da oferta monetária, ainda que o Bacen reduza o compulsório, dependerá do apetite dos bancos em emprestar.

Note ainda que há duas formas de utilizar os depósitos compulsórios como instrumento de política monetária: o aumento da exigência, e o aumento da remuneração, ou seja, o aumento dos juros que remuneram esses depósitos, levando os bancos a recolherem maiores valores de forma espontânea. Claro que esta última hipótese trata de depósitos voluntários, mas achei melhor explicar aqui pela estrita relação com os compulsórios.

Mercado Aberto (*Open Market*)

Atualmente, a dívida pública federal interna acumula um saldo de aproximadamente **R$3,7 trilhões**. Os credores dessa dívida são os detentores de títulos públicos: bancos, fundos, empresas, pessoas físicas etc.

Quando o Banco Central quer colocar mais dinheiro na economia, ele compra esses títulos. Por outro lado, quando deseja enxugar a liquidez, o Banco Central vende os títulos públicos dos quais é detentor.

O Banco Central, o Conselho Monetário Nacional, e o governo dispõem de outras formas para regular a quantidade de moeda na economia. O termo “instrumentos” está entre aspas, pois a principal finalidade destas ações não é a execução da política monetária, embora tenham reflexos nesse sentido.

- **Reservas internacionais**: moeda estrangeira (dólares, euros, libras etc.) não são meios de pagamento. O Banco Central é o responsável pela administração das reservas internacionais, e toda vez que ele compra moeda estrangeira dos exportadores, como ele entrega reais em troca, a oferta monetária aumenta. O contrário também se observa.
- **Política e regulação do crédito**: o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central normatizam e regulam as atividades das instituições financeiras, respectivamente. A regulamentação do crédito consignado e a criação do SCR são ações que aumentam os incentivos aos bancos para emprestar e, assim, aumentam a oferta monetária.
- **Emissão de moeda**: a própria emissão de moeda aumenta a oferta de moeda. Não há muito que comentar aqui.
- **Juros**: os juros são o preço do dinheiro. Portanto, quanto maior forem os juros da economia, menor é a demanda por moeda, já que ela fica mais cara. Além disso, com os juros altos as empresas tendem a investirem menos, o que reduz a demanda agregada. Portanto, os juros incidem principalmente sobre a demanda agregada, e não sobre a oferta de moeda. Tenha em mente que juros e demanda agregada estão negativamente relacionados.

Política monetária expansionista X Política monetária contracionista

Quando o Banco Central **aumenta a oferta monetária**, dizemos que ele está adotando uma **política monetária expansionista**. O contrário ocorre quando o Bacen **diminui a oferta monetária**: a **política monetária é restritiva**.

A essa altura seu raciocínio já está bastante avançado, de forma que vamos apenas dar alguns exemplos para consolidarmos a compreensão desse assunto:

Políticas Monetárias	
Expansionistas	**Restritivas**
➲ Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; ➲ Redução da taxa de redesconto; ➲ Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?); ➲ Emissão de moeda; ➲ Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; ➲ Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros. ➲ Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.	➲ Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto; ➲ Aumento da taxa de redesconto; ➲ Redução dos redescontos; ➲ Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios; ➲ Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros. ➲ Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Como vimos, a adoção de políticas monetárias expansionistas pode ter por objetivo o aumento da demanda agregada, enquanto as políticas monetárias restritivas podem focar em reduzir o consumo.

1.2.3. Política Cambial

Em uma economia aberta, que realiza transações com o resto do mundo, há oferta e demanda por moeda estrangeira. Em determinados momentos, o governo pode deixar a taxa de câmbio ser definida livremente pelo mercado, sob o regime denominado flutuante.

Contudo, por vezes, o governo busca determinada taxa de câmbio para atingir determinados objetivos. Nesse caso, temos o câmbio fixo.

A **taxa de câmbio nominal** (e) é o preço de uma moeda estrangeira medido em moeda nacional. No Brasil, é mais comum medirmos o preço do dólar americano em reais. Dessa forma, quando o Banco Central divulga que a taxa de câmbio é de 3, significa precisamos de 3 reais para comprar 1 dólar. Em outras palavras, a taxa de câmbio nominal mostra o **preço relativo** entre duas moedas.

Se a taxa aumentar para 4, dizemos que a **taxa de câmbio se elevou**, e isso é o mesmo que dizer que houve **desvalorização da moeda nacional**, pois agora precisamos de mais reais para comprar o mesmo dólar.

No Brasil, usamos a chamado **cotação direta,** também chamada **convenção do incerto**: medimos quanto de nossa moeda é necessário para adquirir uma unidade da moeda estrangeira. Dizemos que U$1 custa R$3.

Se adotássemos o **método indireto**, ou **convenção do certo**, diríamos que R$1 compra U$0,33. Dá no mesmo, mas é um pouco inconveniente lidar com valores fracionários. Por isso, países com moeda forte (EUA, Inglaterra e países da zona do euro) adotam a convenção do certo, enquanto os demais adoram a convenção do incerto.

RESUMINDO

Convenção do certo	Convenção do incerto
Indica quanto vale a moeda doméstica em termos de moeda estrangeira.	Indica o preço de uma moeda estrangeira em unidades da moeda nacional
R$1,00 = U$0,33 R$1,00 = €0,29 R$1,00 = £0,25	U$1,00 = R$3,00 €1,00 = R$3,50 £1,00 = R$4,00
Adotado em países de moeda forte: EUA (dólar), Inglaterra (libras) e Zona do Euro (euro).	Adotado nos demais países, inclusive no Brasil.

Como utilizamos a convenção do incerto para medir o preço do real em relação a todas as moedas, quando a taxa de câmbio se eleva, a moeda nacional sofre desvalorização em relação à moeda estrangeira em questão. Isso é muito importante, e você não pode confundir!

FIQUE ATENTO!

Valorização, Apreciação e Aumento X Desvalorização, Depreciação e Queda

É muito importante que os termos acima tenham seu uso bastante claro para você, para não errar questões por "bobeira".

Então acompanhe o exemplo. Imagine que ontem a taxa de câmbio era R$3 (três reais por dólar). Se hoje a taxa está em R$4/U$, diz-se que a **taxa aumentou** e a **moeda doméstica desvalorizou**.

Até aí tranquilo.

Mas também se diz, nesse mesmo caso, que a **taxa desvalorizou** ou o **câmbio desvalorizou**. Pode parecer contra intuitivo, mas pense sempre do ponto de vista de quem tem a moeda doméstica: para nós, que temos reais, a taxa de câmbio R$4/U$ vale menos do que a taxa de câmbio de R$3/U$, então dizemos que a taxa desvalorizou. Também sempre podemos substituir desvalorizou por depreciou.

Na tentativa de usar sua memória visual para reforçar esses conceitos, peço que leia o quadro a seguir. Quantas vezes puder.

Sei bem como isso pode ficar confuso algumas vezes.

NÃO CONFUNDA!	
Aumento da taxa de câmbio = **Desvalorização** da taxa de câmbio = **Depreciação** da taxa de câmbio = **Desvalorização** da moeda doméstica	**Queda** da taxa de câmbio = **Valorização** da taxa de câmbio = **Apreciação** da taxa de câmbio = **Valorização** da moeda doméstica

Importante: apreciação e valorização da taxa de câmbio significam a mesma coisa em termos práticos, ou seja, significam valorização da moeda doméstica em relação à moeda estrangeira. Mas em termos conceituais, **apreciação** ocorre como resultado das forças de oferta e demanda de mercado, enquanto **valorização** ocorre como resultado da atuação do governo e do Banco Central.

Isso também vale para **depreciação** e **desvalorização**.

1.2.4. Política Comercial

É o conjunto de diretrizes e normas que o país adota em suas relações comerciais com outros países. Por exemplo, o governo pode proteger sua indústria aplicando ou elevando tarifas para importação de produtos.

Tipos e instrumentos da política comercial

Tais medidas restritivas de política comercial são de dois tipos:

- **Barreiras tarifárias**: implicam no aumento da tributação incidente sobre as transações internacionais, ou seja, sobre o comércio exterior. Um exemplo é o imposto de importação, que se manifesta como desestímulo ao aumentar os custos dos bens estrangeiros.

- **Barreiras não tarifárias**: além de serem definidas residualmente, ou seja, de serem aquelas que não se enquadram como tarifárias, podemos resumir como barreiras não financeiras, legais ou administrativas. Temos como exemplo barreiras sanitárias ambientais e técnicas.

1.3. OBJETIVOS

A Constituição Federal define alguns objetivos da chamada ordem econômica, que devem ser perseguidos pelo Estado, em seu Artigo 170 (não anote ainda):

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
I - soberania nacional;
II - propriedade privada;
III - função social da propriedade;
IV - livre concorrência;
V - defesa do consumidor;
VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
VIII - busca do pleno emprego;
IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Do ponto de vista da disciplina Finanças Públicas, podemos resumir e redefinir que seus objetivos são:

- Fornecer bens públicos;
- Reduzir externalidades negativas;
- Reduzir assimetrias de informações;

Iremos definir e detalhar cada um desses termos, mas todos eles são decorrentes de falhas de mercado. Portanto, podemos resumir que:

O objetivo das Finanças Públicas é compreender e corrigir **falhas de mercado**.

Falhas de Mercado são a causa de ineficiência dos mercados. Em outras palavras: na presença de falhas, o mercado não consegue, sem ajuda, atingir uma situação ótima, na qual a sociedade obtém o maior nível de bem-estar possível.

As falhas podem assumir diversos tipos, dos quais são destaques nas provas: bens públicos, externalidades (positivas e negativas) e informações assimétricas (com destaque para o risco moral e a seleção adversa).

1.3.1. Bens Públicos

Os bens públicos são aqueles bens **não rivais** e **não exclusivos**. Isso significa que os bens públicos são **não rivais** e **não exclusivos**. **Não rivais** e **não exclusivos.** Só não vou repetir mais ainda porque quero te pedir para reler esse parágrafo....

Pronto?

Então vamos entender os motivos que tornam essas características tão importantes.

Pense no seu celular. Ele é rival e exclusivo. **Rival,** pois o fato de você ter adquirido ele impede que outra pessoa adquira o mesmo aparelho. **Exclusivo** porque o vendedor pôde **excluir** todos aqueles que não estavam dispostos a pagar o preço pelo aparelho.

Os bens públicos não são assim: a bela queima de fogos pelas cidades brasileiras na virada de ano, por exemplo, é **não rival**, posto que o fato de você desfrutar os prazeres visuais não impede que eu também o faça; e não exclusivo, pois não é possível, para o organizador, excluir as pessoas que desejem assistir ao show.

A não rivalidade também acarreta o problema chamado de caronas, ou free riders, que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso. Por exemplo: morei em um bairro residencial onde um guarda fazia rondas noturnas, cobrando R$30 por casa a cada mês. Contudo, como ninguém é obrigado a aderir, e como todos se beneficiam do serviço, pagando ou não, muitos vizinhos simplesmente não pagavam. Por isso a Polícia e a Justiça são financiadas por impostos.

Também por isso a iniciativa privada não costuma se interessar em oferecer os bens públicos, cabendo ao governo esse papel. São exemplos de bens públicos: a limpeza das ruas, dos rios e do ar; a segurança nacional (forças armadas, Polícia Federal e inteligência); os museus; os parques; a solidez e eficiência do sistema financeiro; o poder de compra da moeda.

Até aqui, falamos dos bens públicos puros, que têm por características a não exclusividade e a não rivalidade. Os bens privados são aqueles que são exclusivos e rivais (como seu celular). No meio do caminho entre esses dois, temos os bens **semipúblicos**, também chamados de **meritórios**.

Esses bens são **não rivais**, como os bens públicos, mas são **sim exclusivos**, como os bens privados. Quer dizer que o consumo dos bens meritórios por uma pessoa não impede que outra também o consuma, mas é possível excluir indivíduos. O melhor exemplo, que inclusive dá nome ao tipo de bens, são as universidades, que favorecem o mérito ao permitir o ingresso somente de quem passar no vestibular.

Perceba que os bens meritórios também costumam ser interessantes para o setor privado ofertar, como é o caso do próprio ensino, e da saúde.

E para terminar, existem os bens rivais e não exclusivos: são os chamados **bens comuns**, dos quais os peixes no mar são o melhor exemplo, posto que a pesca por uma pessoa impede a pesca por outra, contudo não é possível impedir (em regra) que um indivíduo pesque.

1.3.2. Externalidades

As externalidades são os efeitos que as ações de um indivíduo (ou grupo) têm sobre os demais. Elas podem ser **positivas**, quando as ações do indivíduo trazem benefícios aos demais, ou **negativas**, caso contrário. A poluição que uma fábrica lança ao ar é um exemplo clássico de externalidade negativa, enquanto a limpeza residencial, que tem por consequência eliminação do famigerado Aedes.

Aí que entra o governo: estimulando as externalidades positivas e coibindo as negativas.

1.3.3. Assimetria de Informações

As informações assimétricas ocorrem quando uma das partes de uma transação possui informações que a outra parte não tem. Ela está presente em muitas relações de consume: quando você compra

um carro usado e o vendedor esconde defeitos, quando você compra um alimento industrializado sem saber as substâncias nocivas em sua composição, quando você assina sua internet banda larga sem perceber que a conexão raramente tem a velocidade contratada.

O papel do governo é, então, diminuir essa assimetria dando à parte mais "fraca", geralmente o consumidor, direitos de obter as informações que precisar para tomar sua decisão de consume.

É importante notar que as assimetrias de informação assumem duas modalidades mais cobradas: o **risco moral** e a **seleção adversa**.

O conceito de risco moral (em inglês, *moral hazard*) está presente quando existe a possibilidade e uma das partes alterar seu comportamento, de forma prejudicial à outra. O melhor exemplo é o seguro de automóvel. Antes de adquirir o seguro, o motorista toma todas as precauções do mundo: dirige com cuidado, para o carro em estacionamentos para não ser roubado etc. Depois de comprar o seguro, existe o risco de essas precauções serem abandonadas, em prejuízo da seguradora.

Ainda dentro do conceito de risco-moral, há o subtipo do problema **agente-principal**, que consiste no risco do agente, designado pelo principal para determinado objetivo, agir em benefício próprio, em detrimento dos interesses do principal.

Já a **seleção adversa** está relacionada à escolha acidental daquilo que é justamente o contrário do que se pretendia. Esse risco está presente nos bancos, que cobram taxas altas por seus empréstimos como forma de cobrir eventuais inadimplências de alguns clientes. Contudo, os bons pagadores podem ser repelidos pelas taxas altas, enquanto péssimos pagadores sem intenção nenhuma de honrar seus empréstimos não se importarão com taxas altas.

1.4. METAS

Metas nada mais são do que objetivos quantificados.

Por exemplo, seu **objetivo** pode ser "passar na prova**"**, mas sua **meta** pode ser tirar pelo menos 90% dos pontos possíveis.

No que tange às metas das Finanças Públicas, elas podem ser diversos objetivos quantificados relativos às políticas econômicas.

Um exemplo de meta da política fiscal é o superávit primário, enquanto a política monetária tem a meta de inflação.

Ao estabelecer metas, o governo deixa claro como os objetivos da política econômica serão perseguidos, além de proporcionar uma forma de mensurar o sucesso obtido.

Dessa forma, a sociedade passa a contar com maior previsibilidade sobre os rumos da economia, o que traz estabilidade para o sistema como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AULA

Com isso, encerramos esta primeira e pequena aula, e ficamos um pouco mais perto da sua sonhada aprovação.

Não se esqueça de acompanhar as questões comentadas a seguir, pois elas fazem parte da aula.

E no que precisar:

QUESTÕES COMENTADAS

2. (2012/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Analista em Gestão Municipal)

A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

a) macroeconomia.

b) microeconomia.

c) contabilidade aplicada ao setor público.

d) finanças públicas.

e) finanças internacionais.

Comentários:

Nesta questão a Vunesp dá um conceito que a banca (e eu também) considera correto para Finanças Públicas.

Note que o foco aqui é o objetivo das Finanças Públicas, no que tange ao fornecimento e bens públicos.

Gabarito: "d"

3. (2016/CESPE/FUNPRESP/Analista de Investimentos)

Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

Ao aumentar o recolhimento compulsório dos bancos comerciais, o Banco Central emprega um instrumento da política monetária expansionista.

Comentários:

Pelo contrário: ao exigir que os bancos depositem valores mais elevados, sobra menos dinheiro para os bancos emprestarem, reduzindo assim o multiplicador monetário e a oferta de meios de pagamento da economia.

Gabarito: Errado

4. (2013/CESPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Economista)

Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.

Comentários:

Correto! A política fiscal consiste justamente na utilização das receitas e despesas públicas com objetivos econômicos.

Gabarito: Certo

5. (2005/CESPE/ANCINE/Especialista em Regulação)

A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item seguinte.

Cortes nos gastos destinados aos programas de inclusão digital, de controle da malária e de manutenção de rodovias federais representam exemplos clássicos de políticas fiscais contracionistas.

Comentários:

Correto. Todos os exemplos envolvem redução dos gastos do governo e, portanto, são políticas fiscais contracionistas.

Gabarito: Certo

6. (2014/CESPE/CADE/Economista)

A taxa de câmbio pode ser expressa pela convenção do certo ou pela convenção do incerto. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.

Comentários:

Os países de moeda forte adotam a convenção do certo, ou seja, preferem medir quanta moeda estrangeira podem adquirir com suas moedas. Na Inglaterra, são divulgadas cotações como esta:

Real brasileiro: 4,25

Peso argentino: 20,15

Euro: 1,22

Dólar: 1,51

E eles sabem que essas cotações indicam quanto da moeda estrangeira podem comprar com **uma libra esterlina**.

Gabarito: Certo

7. (2015/FCC/TCE CE/Técnico de Controle Externo)

NÃO se trata de uma falha de mercado

a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.

b) a poluição de rios das grandes metrópoles.

c) a existência de monopólios naturais.

d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.

e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

Comentários:

Vamos analisar cada uma das alternativas:

a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.

A variação dos preços ao longo do ano reflete variações da oferta frente à maior constância da demanda: é o mercado sendo eficiente, e não o contrário! Pode marcar esta alternativa como gabarito, pois de falha de mercado ela nada tem.

b) a poluição de rios das grandes metrópoles.

A poluição de rios é uma **externalidade negativa**, e externalidade são um dos tipos de falhas de mercado.

c) a existência de monopólios naturais.

Monopólios naturais também são **falhas de mercado**, pois impedem o mercado de atingir níveis ótimos de excedentes.

d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.

Mais uma externalidade negativa, onde o benefício marginal para o morador limpar sua casa é muito inferior ao custo social de não limpar.

e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

E para encerrar, temos aqui uma consequência das assimetrias de informação e um resultado de baixo nível de competição.

Gabarito: "a"

8. (2015/VUNESP/Pref. de São Paulo/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

Em uma escola municipal, não há mensalidades. Entretanto há um número limite de vagas que deve ser respeitado, caso contrário o efeito será a queda na qualidade do ensino. Nesse caso, o ensino fornecido aos alunos é um bem

a) semipúblico.

b) público.

c) rival, mas não excludente.

d) privado.

e) superior.

Comentários:

Para um bem ser considerado público, é preciso que ele seja não rival e não excludente.

Será que é possível impedir que alguém frequente a escola? Estou falando em termos práticos, e não legais. Nesse caso, é sim possível. Bastaria, por exemplo, colocar um segurança na porta para barrar aqueles que não devem entrar. Dessa forma, o ensino público é um **bem excludente**.

Mas será que o consumo por um indivíduo impede o consumo por outro? Em outras palavras, se um aluno prestar atenção na aula, isso impede que outro aluno também receba o conhecimento do professor? Certamente que não. Por isso, o ensino público é um **bem <u>não</u> rival**.

Com isso, podemos concluir que se trata de um **bem semipúblico**.

Gabarito: "a"

9. (2014/VUNESP/DESENVOLVESP/Economista)

Quando um governo municipal oferece banda larga de internet gratuita a todos os munícipes, mesmo que o fluxo de dados seja insuficiente para os horários de maior demanda, esta passa a ser um bem:

a) público.

b) privado.

c) exclusivo e rival.

d) não exclusivo e rival.

e) exclusivo e não rival.

Comentários:

A banda larga é um bem que está sendo oferecido a todos os residentes daquele município, sem excluir ninguém. Portanto, trata-se de um bem **não exclusivo**.

Entretanto, se o fluxo de dados é insuficiente nos horários de alta demanda, o fato de uma pessoa utilizar o serviço prejudica a utilização por outro indivíduo, caracterizando o consumo **rival**.

Gabarito: "d"

10. (2015/VUNESP/PREF DE SJC/Analista em Gestão Municipal - Economista)

Durante as discussões para a elaboração da Constituição Federal, em 1988, houve uma proposta de estender o monopólio da Petrobrás também à distribuição, isto é, os postos de combustível passariam a ser operados pela Petrobrás. Nesse caso, os derivados de petróleo seriam

a) bens públicos.

b) bens privados.

c) bens rivais, mas não excludentes.

d) bens excludentes, mas não rivais.

e) bens inferiores.

Comentários:

Vejamos: se a CF/99 tivesse determinado que apenas a Petrobrás pudesse ter postos de gasolina, a empresa poderia impedir que consumidores adquirissem gasolina? Certamente. Todos aqueles que não quisessem ou não pudessem pagar o preço cobrado, estariam excluídos do consumo, da mesma forma como acontece na "vida real".

Além disso, o consumo da gasolina por uma pessoa impediria qualquer outra pessoa de consumir aquela mesma gasolina.

Portanto, mesmo nessa hipótese, a gasolina continuaria sendo rival e excludente e, portanto, um bem privado.

Não interessa se é uma empresa pública que está ofertando, o que importa para a classificação em bens públicos ou privados são as características de exclusividade e rivalidade.

Gabarito: "b"

11. (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/Analista Administrativo - Financeira e Orçamentária)

São instrumentos de política fiscal restritiva

a)corte de gastos públicos, redução nos impostos e aumento da taxa de redesconto.

b)corte de gastos públicos, aumento nos impostos e aumento da taxa de redesconto.

c)corte de gastos públicos, compra de títulos no mercado aberto e aumento da taxa de redesconto.

d)corte de gastos públicos, venda de títulos no mercado aberto e redução nos subsídios.

e) corte de gastos públicos, aumento nos impostos e redução nos subsídios.

Comentários:

São instrumentos de política **monetária**: taxa de redesconto e transações com títulos públicos no mercado aberto. Como a questão fala em instrumento de política fiscal, podemos eliminar as alternativas “a”, “b”, “c” e “d”.

Pronto. Já temos nossa resposta.

Gabarito: “e”

12. (2014/VUNESP/TJ-PA/Analista Judiciário - Economia)

Uma prefeitura decide distribuir sopa gratuitamente a qualquer cidadão. Nesse caso, a sopa distribuída é um bem

a) privado.

b) público.

c) não excludente e rival.

d) excludente e não rival.

e) não excludente e não rival.

Comentários:

A prefeitura não excluirá nenhum cidadão, mas o consumo da sopa por um indivíduo impedirá que outro indivíduo a consuma.

Gabarito: “c”

13. (2010/VUNESP/CEAGESP/Analista - Economia)

Um canal de TV por assinatura é um bem

a) excludente e rival.

b) excludente e não rival.

c) não excludente e rival.

d) não excludente e não rival.

e) de Giffen.

Comentários:

É possível impedir um consumidor de "consumir" um canal de TV, mas o consumo de um telespectador não impede que outro assista ao canal.

Gabarito: "b"

14. VUNESP - Analista em Gestão Previdenciária (SPPREV)/2009

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às normas gerais sobre finanças públicas.

a) A competência da União para emitir moeda e outros papéis oficiais será exercida pela Casa da Moeda.

b) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

c) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central ou em outras instituições financeiras oficiais, conforme dispuser a lei.

d) A emissão e o resgate de títulos da dívida pública serão regulados por decreto legislativo.

e) Cabe à lei ordinária dispor sobre as operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Comentários:

O Banco Central não apenas pode como utiliza a compra e venda de títulos de emissão do Tesouro Nacional como principal instrumento de política monetária.

É interessante mencionar que essa compra e venda só pode se dar no mercado secundário, ou seja, o Banco Central só pode adquirir títulos de pessoas ou empresas, mas não diretamente do Tesouro Nacional.

Gabarito: "b"

LISTA DE QUESTÕES

1. (2008/VUNESP/SIAFEM e SIAFÍSICO/Técnico em Gestão Organizacional - Finanças Públicas)

A matéria relativa às "Finanças Públicas", de acordo com a

sistemática constitucional, é de ser disciplinada por

a) decreto do Poder Executivo.

b) lei ordinária.

c) lei complementar.

d) medida provisória, observados os requisitos atinentes à relevância e urgência.

e) decreto Legislativo.

2. (2012/VUNESP/PREFEITURA DE SJC/Analista em Gestão Municipal)

A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

a) macroeconomia.

b) microeconomia.

c) contabilidade aplicada ao setor público.

d) finanças públicas.

e) finanças internacionais.

3. (2016/CESPE/FUNPRESP/Analista de Investimentos)

Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

Ao aumentar o recolhimento compulsório dos bancos comerciais, o Banco Central emprega um instrumento da política monetária expansionista.

4. (2013/CESPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Economista)

Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.

5. (2005/CESPE/ANCINE/Especialista em Regulação)

A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item seguinte.

Cortes nos gastos destinados aos programas de inclusão digital, de controle da malária e de manutenção de rodovias federais representam exemplos clássicos de políticas fiscais contracionistas.

6. (2014/CESPE/CADE/Economista)

A taxa de câmbio pode ser expressa pela convenção do certo ou pela convenção do incerto. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.

7. (2015/FCC/TCE CE/Técnico de Controle Externo)

NÃO se trata de uma falha de mercado

a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.

b) a poluição de rios das grandes metrópoles.

c) a existência de monopólios naturais.

d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.

e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

8. (2015/VUNESP/Pref. de São Paulo/Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental)

Em uma escola municipal, não há mensalidades. Entretanto há um número limite de vagas que deve ser respeitado, caso contrário o efeito será a queda na qualidade do ensino. Nesse caso, o ensino fornecido aos alunos é um bem

a) semippúblico.

b) público.

c) rival, mas não excludente.

d) privado.

e) superior.

9. (2014/VUNESP/DESENVOLVESP/Economista)

Quando um governo municipal oferece banda larga de internet gratuita a todos os munícipes, mesmo que o fluxo de dados seja insuficiente para os horários de maior demanda, esta passa a ser um bem:

a) público.

b) privado.

c) exclusivo e rival.

d) não exclusivo e rival.

e) exclusivo e não rival.

10. (2015/VUNESP/PREF DE SJC/Analista em Gestão Municipal - Economista)

Durante as discussões para a elaboração da Constituição Federal, em 1988, houve uma proposta de estender o monopólio da Petrobrás também à distribuição, isto é, os postos de combustível passariam a ser operados pela Petrobrás. Nesse caso, os derivados de petróleo seriam

a) bens públicos.
b) bens privados.
c) bens rivais, mas não excludentes.
d) bens excludentes, mas não rivais.
e) bens inferiores.

11. (2014/VUNESP/SP-URBANISMO/Analista Administrativo - Financeira e Orçamentária)

São instrumentos de política fiscal restritiva

a)corte de gastos públicos, redução nos impostos e aumento da taxa de redesconto.

b)corte de gastos públicos, aumento nos impostos e aumento da taxa de redesconto.

c)corte de gastos públicos, compra de títulos no mercado aberto e aumento da taxa de redesconto.

d)corte de gastos públicos, venda de títulos no mercado aberto e redução nos subsídios.

e) corte de gastos públicos, aumento nos impostos e redução nos subsídios.

12. (2014/VUNESP/TJ-PA/Analista Judiciário - Economia)

Uma prefeitura decide distribuir sopa gratuitamente a qualquer cidadão. Nesse caso, a sopa distribuída é um bem

a) privado.

b) público.

c) não excludente e rival.

d) excludente e não rival.

e) não excludente e não rival.

13. (2010/VUNESP/CEAGESP/Analista - Economia)

Um canal de TV por assinatura é um bem

a) excludente e rival.

b) excludente e não rival.

c) não excludente e rival.

d) não excludente e não rival.

e) de Giffen.

14. (2009/VUNESP/SPPREV/Analista em Gestão Previdenciária)

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às normas gerais sobre finanças públicas.

a) A competência da União para emitir moeda e outros papéis oficiais será exercida pela Casa da Moeda.

b) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

c) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central ou em outras instituições financeiras oficiais, conforme dispuser a lei.

d) A emissão e o resgate de títulos da dívida pública serão regulados por decreto legislativo.

e) Cabe à lei ordinária dispor sobre as operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

GABARITO

1. C
2. D
3. Errado
4. Certo
5. Certo
6. Certo
7. A
8. A
9. D
10. B
11. E
12. C
13. B
14. B

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.